

ANEXO
REGULAMENTO

Artigo 1.º

Objetivo

O programa CPE - PREMIUM tem por objetivo o apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego.

Artigo 2.º

Destinatários

São destinatários do CPE - PREMIUM os desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego da Região Autónoma dos Açores, que beneficiem do pagamento, na totalidade ou parcialmente, do montante global das prestações de desemprego, deduzido das importâncias eventualmente já recebidas, ao abrigo do previsto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, com a redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, e as alterações subsequentes.

Artigo 3.º

Promotores

1- São promotores do CPE - PREMIUM os desempregados que se propõem criar o próprio emprego, através da constituição de uma nova empresa ou da aquisição do capital social de empresa pré-existente.

2- Na criação do próprio emprego podem associar-se vários promotores, desde que reúnam as condições do presente diploma.

Artigo 4.º

Requisitos do projeto

1- O projeto apresentado deve originar, pelo menos, a criação do próprio emprego do beneficiário de prestações de desemprego a tempo inteiro.

2- O projeto deve apresentar viabilidade económico-financeira.

3- O montante das prestações de desemprego a receber pelo promotor deve ser aplicado no financiamento do projeto, na sua totalidade ou parcialmente, conforme tiver sido aprovado.

4- O montante a que se refere o número anterior pode ser aplicado na aquisição de estabelecimento por cessão ou na aquisição de capital social de empresa pré-existente, traduzida no aumento correspondente do respetivo capital social ou em operações associadas ao projeto, designadamente na realização de capital social da empresa a constituir.

5- No projeto que inclua, no investimento a realizar, a compra de capital social ou a cessão de estabelecimento:

a) A empresa cujo capital é adquirido ou a empresa trespasante do estabelecimento não pode ser detida em 25% ou mais, por cônjuge, unido de facto ou familiar do promotor até ao 2.º grau em linha reta ou colateral;

b) A empresa não pode, também, ser detida em 25% ou mais por outra empresa na qual os sujeitos referidos na alínea anterior detenham 25% ou mais do respetivo capital.

6- A realização do investimento e a criação dos postos de trabalho devem estar concluídas no prazo de seis meses a contar da data da atribuição do apoio.

Artigo 5.º

Requisitos das empresas

1- A nova empresa não pode estar constituída à data da entrega da candidatura, com exceção do projeto que inclua, no investimento a realizar, a compra de capital social.

2- Após a atribuição dos apoios, a nova empresa, deve reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Encontrar-se regularmente constituída e registada;

b) Dispor de licenciamento e outros requisitos legais para o exercício da atividade ou apresentar comprovativo de ter iniciado o respetivo processo;

c) Ter a situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social;

e) Dispor de contabilidade organizada, desde que legalmente exigido.

3- Os promotores devem assegurar que os requisitos referidos no ponto anterior eram preenchidos pela empresa adquirida por cessão ou pela empresa pré-existente, quando o projeto implique a participação no respetivo capital social.

Artigo 6.º

Apoios

1- Para além das prestações de desemprego o beneficiário, promotor nos termos do presente diploma, tem direito:

a) À atribuição de um prémio não reembolsável no montante de € 3.000,00 (três mil euros);

b) À atribuição de um prémio, facultativo, no montante de € 2.000,00 (dois mil euros), reembolsável trimestralmente durante até trinta e seis meses a contar da aprovação do projeto.

2- Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 3.º os prémios a que se referem as alíneas anteriores não são cumuláveis.

3- Nos casos em que a criação da empresa envolva a contratação de outros desempregados, inscritos nas Agências de Emprego da Região, os prémios referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 são majorados em 50%.

4- Nas situações previstas no número anterior os desempregados devem estar inscritos há pelo menos seis meses.

Artigo 6.º - A

Critérios de seleção da candidatura

1- Na determinação do mérito do projeto, no que respeita à operacionalização do processo de análise das candidaturas, cada critério de seleção será pontuado, sendo desagregado em subcritérios vertidos numa grelha técnica de análise, a divulgar no sítio eletrónico próprio.

2- A análise quantitativa será determinada pela ponderação de cada critério numa escala de avaliação de base 100, traduzida igualmente numa escala qualitativa, sintetizando o mérito da candidatura, a saber:

Inexistente	< 50%
Médio	[50%-70%]
Bom	[> 70%-90%]

Elevado	$\geq 90\%$
---------	-------------

3- As candidaturas que reúnam classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento.

4- Se necessário, o sítio eletrónico próprio conterá informação sobre os ponderadores para cada critério de seleção.

5- Para além da avaliação do mérito absoluto das candidaturas, baseada na metodologia exposta, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da comparação do mérito da candidatura avaliada com o mérito das demais candidaturas na mesma fase de decisão, com hierarquização final das candidaturas avaliadas.

6- Ao disposto nos números anteriores aplicam-se os seguintes critérios de seleção:

- a) Contributo para a produção bens transacionáveis;
- b) As perspetivas de criação de novos postos de trabalho;
- c) Impacto do projeto na economia local.

7- Os subcritérios e respetiva ponderação são divulgados no sítio eletrónico próprio.

Artigo 7.º **Procedimento**

1- Para efeitos de obtenção do apoio previsto no presente diploma, a entidade promotora apresenta candidatura na Agência de Emprego onde está inscrito, juntamente com o requerimento e projeto de criação do próprio emprego

2- Compete à direção regional competente em matéria de emprego, proceder à análise e decisão da candidatura, no prazo de 60 dias contados da apresentação da mesma, devendo na instrução do processo, designadamente:

- a) Analisar a viabilidade económico-financeira, no prazo máximo de trinta dias úteis contados a partir da data de apresentação da candidatura;
- b) Verificar se o investimento está integralmente realizado, situação em que não há lugar à concessão dos apoios;
- c) Pode efetuar visita prévia às instalações do promotor, de forma a aferir da existência de condições para o desenvolvimento do projeto.

3- Após a receção da candidatura, podem ser solicitados esclarecimentos adicionais, a prestar no prazo máximo de dez dias, sob pena do processo ser arquivado, por presunção da desistência da candidatura.

4- No caso previsto no número anterior há suspensão do prazo para análise da candidatura.

5- Após a análise da candidatura o processo é remetido aos serviços competentes da Segurança Social para efeitos de decisão quanto às prestações de desemprego.

6- O despacho de atribuição do prémio é publicado no Jornal Oficial.

Artigo 8.º

Obrigações dos promotores

Os projetos de criação de próprio emprego e os postos de trabalho preenchidos por beneficiários das prestações de desemprego devem ser mantidos durante, pelo menos três anos a contar da data da atribuição do prémio.

Artigo 9.º

Outros apoios

Os apoios previstos no presente diploma não são cumuláveis com outros apoios ao emprego, com exceção dos apoios à contratação de pessoas com deficiência.

Artigo 10.º

Incumprimento

O incumprimento de qualquer das condições ou obrigações previstas no presente regulamento tem como consequência, em caso de incumprimento imputável à entidade, a devolução voluntária, sob pena de instauração de processo de cobrança coerciva, quer dos prémios recebidos, quer dos montantes atribuídos no âmbito das prestações de desemprego.

Artigo 11.º

Acompanhamento e execução

1- O acompanhamento da execução do CPE - PREMIUM compete à direção regional competente em matéria de emprego e à Segurança Social.

2- Na execução e acompanhamento do CPE - PREMIUM colaboram as Inspeções Regionais do Trabalho e da Segurança Social e o Fundo Regional de Emprego.

3- A direção regional competente em matéria de emprego elabora os despachos e/ou orientações internas que se tornem necessárias à execução do presente programa, no que respeita à atribuição do prémio.

Artigo 12.º

Financiamento

O apoio a título de prémio é assegurado pelo orçamento do Fundo Regional de Emprego, ficando dependente da disponibilidade financeira do mesmo, podendo ser cofinanciado por verbas comunitárias.